

REFUGIADAS URBANAS – APOROFOBIA COM COR E GÊNERO

VILELA, Nádia Botelho Trindade, nadiabtvilela@gmail.com

ALIAGA FUENTES, Maribel, arqmarialiaga@gmail.com

BIANCHI, Júlia, jfbbianchi@gmail.com

Universidade de Brasília

Resumen

Refugiadas Urbanas foi o termo cunhado pelo Padre Júlio Lancelotti ao se referir às pessoas em situação de rua, em meio à crise sanitária e ao aumento vertiginoso da miséria no país. O termo refugiada é muito pertinente, pois desde o Golpe de 2016 que resultou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff, vários direitos vêm sendo gradativamente retirados dos trabalhadores brasileiros. A informalidade e a precarização no mercado de trabalho aumentaram ainda mais após a aprovação da Terceirização e da Reforma Trabalhista. Uma parcela significativa da população perdeu seu sustento e foi morar nas ruas. Esta pesquisa busca compreender estudar esta realidade e as definições e os princípios que guiam o cuidado às pessoas em Situação de Rua, é importante mencionar que existem distintas designações no que se refere à permanência na rua, desde ficar na rua momentaneamente, estar na rua por algum tempo e ser da rua continuamente. Estar na rua é uma situação limite, principalmente para corpos femininos. O duplo medo da rua, por um lado temos o medo da população que fica desamparada e sem acesso à moradia e sem qualquer direito à cidade apesar da existência de toda uma rede de apoio governamental; e o medo daqueles que não querem que o morador de rua se aproxime de seu espaço privilegiado. O que percebemos na realidade é um confronto entre pessoas, confronto entre classes, para tanto, é necessário falar sobre o duplo medo da rua.

Palabras clave:

refugiadas urbanas, situação de rua, corpos femininos, Brasília, medo da rua

Introdução

Isabela, casada, tem quatro filhos, morava com sua família em uma casa no município de Planaltina/GO, mas estava desempregada e sem condições para pagar o aluguel. Com isso, o locatário pediu que desocupasse a casa. Após o despejo, ela foi morar na ocupação do late Clube com sua família. O seu esposo trabalha com reciclagem, mas, de acordo com ela, ganha pouco para sustentar toda a família. Eles são beneficiários do auxílio do governo, porém, o valor do auxílio, R \$400,00 não cobre as despesas mínimas. Em depoimento ao projeto BSB Invisível, em 2021, Isabela disse: “o governo deveria dar moradias que estão abandonadas para nós. Eu vejo na televisão que tem muita casa abandonada. Meu marido fez inscrição na Codhab e até hoje não saiu. Onde eu moro é área pública, eles chegam derrubando tudo! Não esperam a gente tirar documento, as nossas coisas, chegam com trator e passam por cima.” A entrevistada conta que “não quer essa vida para os filhos, pois não é agradável viver assim e que a maioria das pessoas pensa que eles são um bando de desocupados e dependem dos outros. Mas não é todo lugar que a gente chega e arrumar emprego. Eu sei fazer tudo dentro de uma casa, só não tenho estudo”. Na mesma entrevista, ela continua:

Meus filhos estudam na Vila Planalto e um dia fizeram bullying porque moramos na ocupação. Eu não tinha dinheiro para comprar material escolar, ganhei um estojo rosa e uma menina fez bullying com ele. Se tivéssemos uma condição melhor, não passaríamos por isso. Queria uma casa, nem que fosse sem piso. Se fosse um lote, eu construiria uma de madeirite.

Sobre quem são as refugiadas urbanas

Desde o golpe de 2016, que resultou no impedimento da ex-Presidenta Dilma Rousseff, vários direitos vêm sendo gradativamente retirados dos trabalhadores brasileiros. A informalidade aumentou muito após a reforma trabalhista do governo Temer, a insegurança no mercado de trabalho também aumentou, levando muitas pessoas a perderem seus meios de sustento e, conseqüentemente, irem morar nas ruas. No ano de 2011, uma pesquisa que revelava o perfil dos moradores de rua do DF foi publicada pela Universidade Brasília (UnB). A pesquisa mostrava que, naquele momento, o Distrito Federal contava com 2.500 pessoas em situação de rua. Esses dados estão hoje defasados, já que se passaram mais de dez anos e nos últimos dois anos o mundo vem enfrentando a pandemia decorrente de um coronavírus.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES, 2021), até o mês de março de 2021, havia 2.303 pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Esse número revela um aumento de 17,5% em relação a 2020, quando havia 2.181 pessoas na mesma situação no DF. Infelizmente, a pesquisa não revela dados mais específicos de gênero, raça ou até mesmo um mapeamento de

onde essas pessoas estão acampadas. Tivemos acesso à mais nova pesquisa realizada pela Codeplan que revelou o perfil das pessoas em situação de rua no Distrito Federal. O gráfico a seguir mostra brevemente alguns dos resultados obtidos e o que se percebe é um aumento no número de famílias sem o mínimo necessário para se viver com dignidade. Conforme a pandemia da covid-19 ia se alastrando e a crise econômica, política e social que o Brasil já enfrentava foi elevada a níveis críticos, era natural esperar que o número de pessoas em situação de rua aumentasse bastante.

Figura 1 – Gráficos adquiridos na pesquisa "Perfil da população em situação de rua no DF". Fonte: Codeplan, 2022.

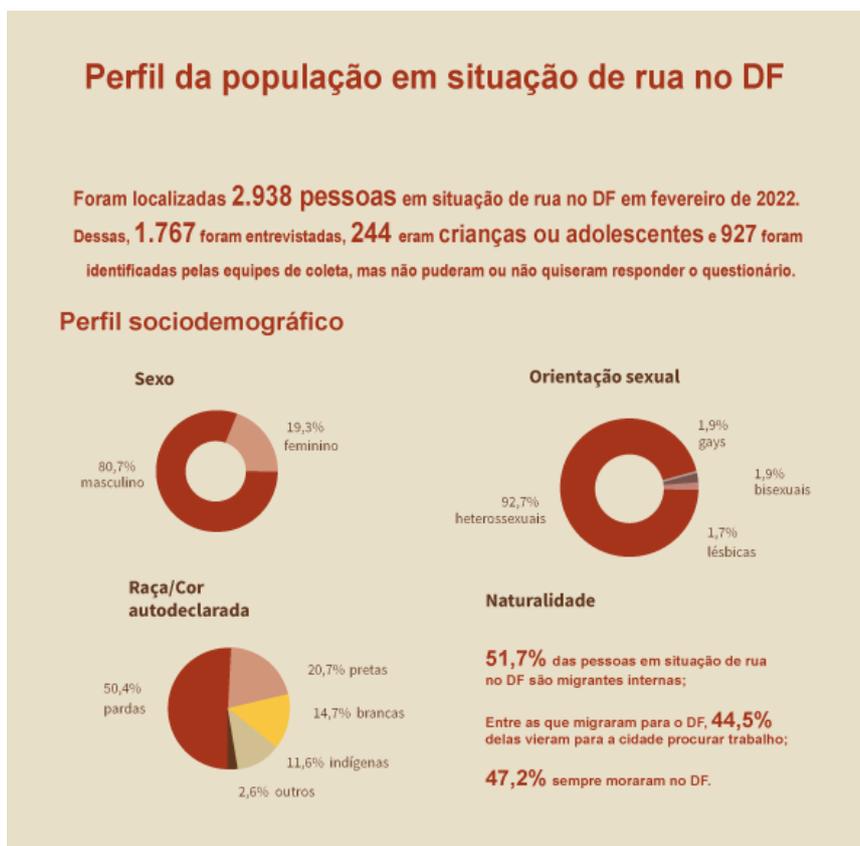


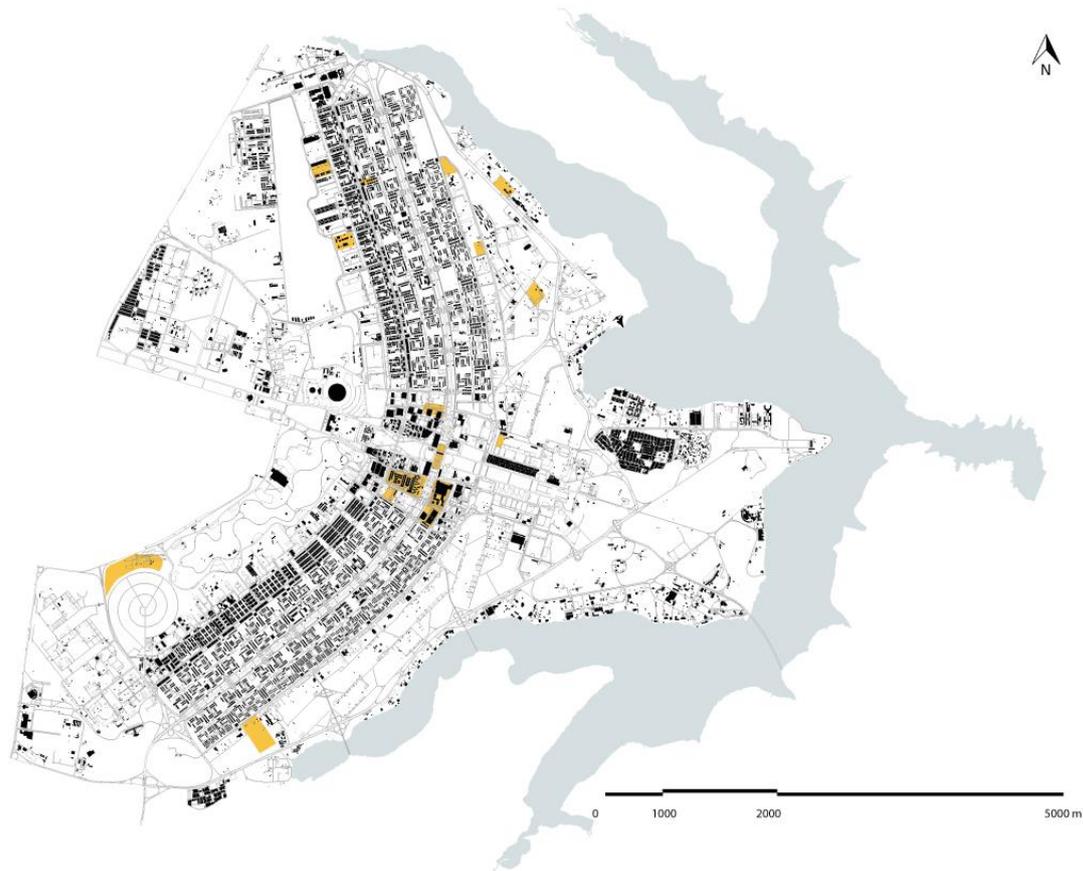
Figura 2 – Gráficos adquiridos na pesquisa “Perfil da população em situação de rua no DF”. Fonte: Codeplan, 2022.



Além dos dados oficiais do governo, nossa pesquisa se baseou em entrevistas obtidas através da conta de rede social BSB Invisível (@bsbinvisivel_), pelos relatos, pudemos ter uma noção de quais são os lugares que essas pessoas passam a noite, quais os tipos de trabalho que exercem, quais seus anseios e quais são os maiores problemas que enfrentam. Em relação ao mapeamento, localizamos o acampamento que fica na L4 Norte, mencionado pela maior parte das mu-

Iheres que deram depoimento, além da ocupação do CCBB, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul; da ocupação que fica na entrada da Vila Planalto; e da ocupação que fica em frente ao posto policial, no Bloco K, da Colina da UnB., Abaixo, temos o mapa com dados fornecidos pelo Movimento População de Rua do Distrito Federal que mostra onde estão concentrados os acampamentos das pessoas em situação de rua.

Figura 3 – Mapeamento das mulheres em situação de rua no DF. Fonte: Dados da Ong Movimento de Rua e da Ong BSB Invisível, 2022.



Sobre as classificações das refugiadas urbanas

A situação de Isabela, mencionada no início deste texto, pode ser um bom exemplo do que é classificado como “morador de rua circunstancial”. Ela e sua família possuíam uma casa, mas, por causa das diversas crises enfrentadas pelo país e por falta de um Estado forte, não tiveram alternativa a não ser dormir na rua. Além de Isabela, podemos citar a situação de Rafael e sua esposa, Camila:

Meu nome é Rafael, o nome da minha esposa é Camila. Nós viemos falar um pouco da nossa vida para ver se alguém pode nos ajudar! Devido a essa pandemia, eu e minha esposa ficamos desempregados no meio dessa crise dessa doença. Nisso, nós viemos parar em situação de rua... porque a gente ficou desempregado, não tinha mais como pagar aluguel, as despesas de casa... então viemos parar na rua. Nós temos duas filhinhas! As filhas, a gente deixou aos cuidados da minha sogra e da minha cunhada, irmã da minha esposa. E assim, hoje, nós estamos em situação de rua, mas, mesmo nessa situação difícil, a gente procura trabalhar com reciclagem, a gente vai pro semáforo... na verdade nós trabalhamos no semáforo! Vendendo água e pipoca. Só que no meio tempo, quando a gente não tá no semáforo, nós catamos reciclagem (Depoimento de Rafael e Camila, BSB INVISÍVEL, 2021).

Em relação aos “moradores de rua sazonais”, podemos entender como aqueles que moram em alguma região no entorno do Plano Piloto de Brasília, mas, como trabalham na cidade e, por vezes, não têm possibilidade de se locomover todos os dias entre seu local de trabalho e sua residência, acabam dormindo na rua durante a semana:

Meu nome é Amanda! Eu já morei mais de 10 anos da minha vida na rua... Agora tenho a casa da minha irmã no Valparaíso, mas como meu esposo trabalha no Plano, eu não posso voltar pra lá todo dia. A gente passa a semana aqui... Já falei pra ele, para sairmos daqui, irmos de vez pra roça, mas ele não quer deixar o trabalho... (Depoimento de Amanda, BSB INVISÍVEL, 2021).

E, por fim, outro termo relevante é “morador de rua contínuo”, que se refere às pessoas em situação de rua que não conhecem outra realidade pois nunca tiveram casa. São diversos os motivos que levam uma pessoa a estar toda a vida na rua.

Meu nome é Maria do Socorro. Eu sou uma mulher guerreira, tenho 9 filhos, 14 netos e minha maior vontade é poder comprar coisas que possam melhorar a vida da minha família, queria dar uma vida melhor pra cada um. Tem 35 anos que moro em Brasília, mas eu sou lá da Paraíba! Eu moro na rua desde criança, essa é a única realidade que conheço, nunca tive uma casa... Já trabalhei algumas vezes, já fui presa também. Nossa não consigo nem falar muito dessas coisas, minha prisão foi muito injusta. Mas ainda bem que já passou, é distante (Depoimento de Maria do Socorro, BSB INVISÍVEL, 2021).

Sobre a aporofobia e o duplo medo da rua

“Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada” (MS NOTÍCIAS, 2022), “População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia” (PALHARES e ZYLBERKAN, 2022), “Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília” (G1/DF, 2022). Essas notícias são reais e aconteceram no Brasil recentemente, paralelamente, um vereador apresentou um projeto de lei para combater esmolas em Toledo/ PR (GAZETA, 2022). Em Campo Grande/MS, foi lançada a campanha cujo slogan era “Não dê esmola!”. De acordo com a vice-prefeita, Adriane Lopes, “quando damos esmola, fomentamos que essas pessoas permaneçam nas ruas” (DIÁRIO DIGITAL, 2021). No final do ano de 2020, já em meio à pandemia da covid-19, a Prefeitura de Patos de Minas/MG lançou a campanha “Não dê esmola, dê cidadania” (PATOS DE MINAS, 2020) e, por fim, a Prefeitura de Florianópolis/ SC afirma que não dar esmolas é a melhor ajuda (G1, 2019).

Todas essas atitudes apresentadas anteriormente podem ser classificadas como aporofobia. O termo surge a partir de duas palavras de origem grega “áporos”, que significa o pobre, o desamparado, e “fobia”, que significa temer, odiar, rejeitar. Ou seja, a aporofobia está relacionada ao ódio ao pobre e ao miserável. Esse ódio pode ser bem visualizado por meio de grades em forma de arco colocadas sobre qualquer estrutura que se assemelhe ou que possa ser usada como banco, pedras perfurantes instaladas sob viadutos, estruturas metálicas, por vezes com pontas afiadas, colocadas em volta de floreiras espalhadas pela cidade, separadores de assento instaladas em bancos para que não possam ser usados como cama improvisada, vasos com plantas fixados no chão sob marquises e um sistema de irrigação que sempre deixa a calçadas molhadas.

Além da aporofobia, existe uma expressão conhecida no mundo todo chamada *not in my back yard* (NIMBY), que, em tradução livre, significa, “não no meu quintal”. Essa expressão se refere a atitudes de exclusão social quando um determinado grupo de pessoas não quer a presença de um grupo diferente do seu em sua vizinhança. Os autores Montaner e Muxí (2021) afirmam:

O nimbismo geralmente vai contra a transformação dos bairros na direção do aumento controlado de densidades e alturas e contra a intensificação da mistura de funções, introduzindo mais equipamentos e, também, mais moradias, em certas ocasiões dentro dos próprios equipamentos [...]. A atitude Nimby apresenta uma de suas facetas mais miseráveis nas plataformas organizadas contra a operação de moradia pública, justificando que na moradia há, de fato, uso privado, e buscando todas as brechas legais possíveis para paralisar o projeto e a obra. Para os autores, por trás desses posicionamentos (como “não quero moradia social na frente da minha casa”), se esconde o real motivo, essas pessoas não querem “os outros” em seu bairro, pois, “consideram que isso abaixará o valor

de suas propriedades, podem trazer conflitos e vão obrigá-los a compartilhar serviços e equipamentos com mais pessoas” (MONTANER e MUXÍ, 2021, p. 162)

Sabemos que “uma cidade nasce de um processo histórico, marcada por um tempo, dentro de um espaço e sua formação é movida por um processo de interesses políticos, econômicos, geográficos e sociais” (ALVES, 2013, p. 40). Com isso em mente, pretendemos fazer um breve panorama de como esses interesses conflitantes podem levar à desigualdade e deixar pessoas em situações de vulnerabilidade. Para Alves (2013, p. 43),

Por ser a cidade um conjunto de lugares que decorrem da reprodução das relações capitalistas, essa é um mosaico de inúmeras paisagens que revelam as desigualdades sociais e espaciais, materializadas no espaço urbano. Sendo assim, é espaço das múltiplas expressões da questão social consubstanciadas nas mais significativas desigualdades que se revelam em diferentes formas de habitação, como as áreas de risco, as favelas e outros aglomerados subnormais. É espaço das lutas e contradições expressas tanto nas manifestações formais quanto no próprio movimento da vida que vai sendo tecida diariamente em sociedade.

Maria Elaene Rodrigues Alves (2013, p. 43) segue afirmando que um aspecto que chama muito a atenção na paisagem urbana é o choque de diferenças, e isso ocorre porque “a cidade é concentração de pessoas exercendo uma série de atividades concorrentes ou complementares em função da divisão social do trabalho e que acaba por enredar uma disputa em torno de seu uso”. A autora menciona que os processos de transformações das grandes cidades brasileiras são caracterizados pelo aumento da desigualdade. Isso leva à proliferação de favelas, enchentes, desemprego e subemprego, ocupações de solo irregulares etc.:

Em seu processo de transformações as grandes cidades brasileiras têm se caracterizado, em geral, pelo aumento cotidiano das desigualdades. Com isto prosseguem a proliferação de favelas e das enchentes, do desemprego e subemprego, as irregularidades na ocupação do solo (devido tanto à especulação imobiliária como pela falta de moradias que levam os sem-teto a viverem às margens de rios e canais), as agressões ao meio ambiente com a poluição do ar e das águas pela ação industrial, a violência urbana e a segregação social, a ineficiência e/ou insuficiência das políticas sociais no atendimento de saúde, de assistência, de educação (ALVES, 2013, p. 43).

Mas seria desonesto afirmar que o problema da população em situação de rua é um fenômeno recente. Sabemos que é uma questão que vem desde a antiguidade, mas foi nas sociedades capitalistas que sua origem como expressão dos problemas sociais foi determinada pelas desigual-

dades de classe e pela “particularidade de que nesta sociedade a exploração de uma classe sobre outra se realiza de forma mais profunda, contribuindo assim para o aumento da miséria” (ALVES, 2013, p. 47).

Reflexões sobre Brasília e a sua desigualdade planejada

A partir de agora, abordaremos a evolução da desigualdade na cidade de Brasília, e, consequentemente, o que nos faz ser um país que não só consegue tolerar ver a miserabilidade nas ruas, mas também reproduz intervenções hostis na arquitetura e nos equipamentos públicos como pudemos ver acima.

Brasília, cidade planejada, símbolo do modernismo no Brasil, com avenidas largas, edifícios monumentais, fundada em 1960, “foi concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, tradutora de um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade” (ALVES, 2005, p. 124). A autora afirma que:

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma ‘urbs’ — um ambiente arquitetônico planejado —, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de prematuridade em busca de um novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade pareciam estar superados (ALVES, 2005, p. 128).

Já Araújo (2018, p. 2) declara que “Brasília se tornou a síntese do Estado nacional brasileiro, seu planejamento encontrou, em poucas décadas, óbices ao utopismo arquitetônico vigente em suas linhas e curvas”. Para o mesmo autor, apesar de Brasília ser o sonho de um modelo do que o Brasil deveria ser, a cidade é um preciso “retrato da dialética social, espacial, histórica, econômica e política da população brasileira, tornada real no esforço de sua construção no planalto central” (ARAÚJO, 2018, p. 2).

A cidade que foi materializada por belos edifícios projetados por Oscar Niemeyer e “idealizada por Lucio Costa — que em seu discurso deveria inibir as desigualdades sociais tão presentes em todo o território nacional já naquele período — para muitos não logrou atingir o seu objetivo” (SOMBRA JÚNIOR, 2018, p. 155). Lara Alves (2005) trata sobre a identidade da cidade em seu artigo “A construção de Brasília”. Para a autora (2005, p. 129),

[...] a identidade de uma cidade é caracterizada também pela desordem, pela diversidade e diferença, ou, em outras palavras, pelas pessoas. Não os cidadãos ideais e imaginados pelos teóricos do

planejamento urbano, e sim pessoas reais que nunca aparecem nos desenhos arquitetônicos. Na verdade, a autoidentidade de Brasília é tão problemática quanto a necessidade que foi criada para elegê-la como representante de nossa identidade nacional. Não podemos cometer o erro de reduzir a cidade à arquitetura e ao urbanismo do poder, à sua dimensão simbólica (utópica), ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto. O que queremos dizer é que a utopia da cidade de Brasília nos faz refletir sobre as diversas formas de cultura e de arte de seus moradores, vindos de diversas partes do país e que se acumulam em torno do Plano Piloto, dezenas de cidades satélites.

A ideia de que Brasília sintetiza a desigualdade da modernização é defendida por Canclini (1998, p. 154, apud ARAÚJO, 2018, p. 15), ao dizer que “[...] a cidade de Brasília, ao propor em seu planejamento a destinação do nacionalismo futurista, acaba por sintetizar esta desigualdade da modernização”. É possível mapear tal desigualdade tanto a nível de menor escala, nos limites do Distrito Federal, quanto quando se compara com o cenário urbano do país: “[...] não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 1998, p. 154, apud ARAÚJO, 2018, p. 16).

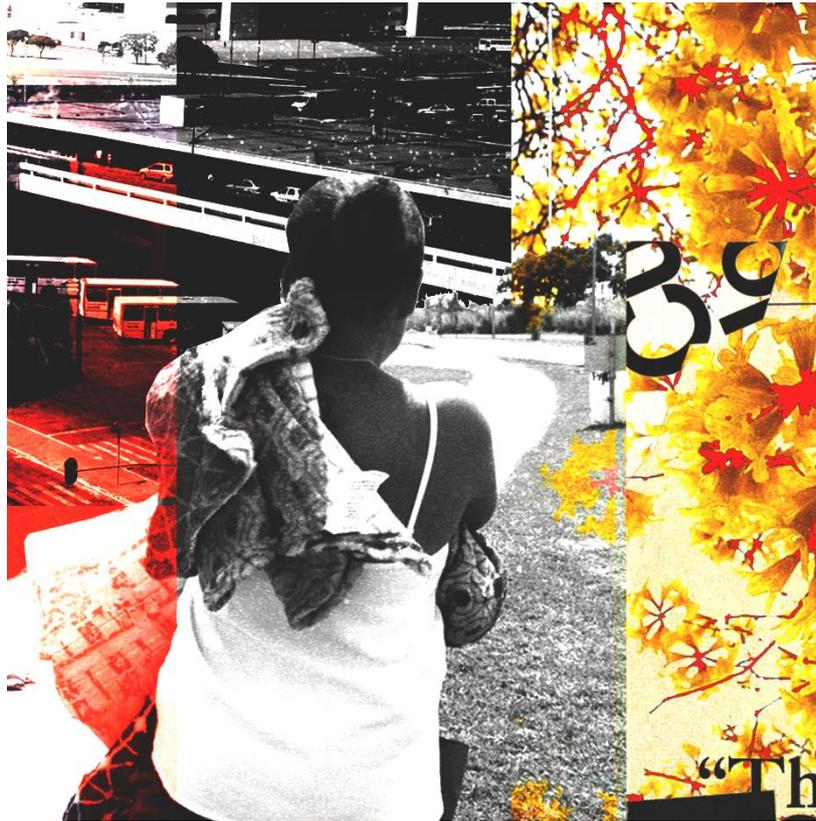
Durante o desenvolvimento dessa pesquisa nos propusemos ir à campo para compreender melhor como é a vida das refugiadas urbanas. Após algumas visitas e estudos fizemos o mapeamento e localizamos 10 acampamentos que decidimos chamar de enclaves. O ‘enclave’ pode ser entendido como uma região distinta, destoante ou dissonante do território que se insere. A escolha desse termo foi pensada por sua relação direta com o entorno imediato, as superquadras. Em destaque na cor vermelha (mapa), é possível identificar o limite das superquadras e, em amarelo, é possível perceber os mencionados enclaves.

A relação que se pode estabelecer entre essas duas áreas é a de limite, as mulheres em situação de rua localizadas nos enclaves, ainda que dentro do Plano Piloto, foram postas à margem. Essa espacialização fica clara nesse mapa e podemos perceber que as trabalhadoras estão na fronteira que se pode considerar a cidade, e assim, elas não têm direito à cidade planejada. Brasília é uma cidade emblemática e cheia de simbolismos que reafirmam as características ‘inventadas’ da cidade. Da criação urbanística, temos o entroncamento e sua solução estrutural, com a rodoviária da cidade de Brasília, da paisagem o símbolo máximo do estar em Brasília, são seus ipês, principalmente os amarelos. E no meio disso tudo, porém desfocada, temos as refugiadas e seu olhar de contemplação e perplexidade.

Figura 6 – Os enclaves e as superquadras. Fonte: As autoras.



Figura 7 – Colagem de uma refugiada urbana na cidade de Brasília. Fonte: As autoras.



Referencias

ALVES, Lara Moreira. "A construção de Brasília: uma contradição entre utopia e realidade". In: Revista de História da Arte e Arquitetura. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Campinas, 2005.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. "Vidas privadas em espaços públicos: uma análise da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. "Brasília: ideias e contradições de uma espacialidade". Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 33, e, 34471, 2018. ARRUDA, Patrícia Cabral de. Brasília: cidade planejada, identidade fluida. IV ENECULT — Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 28 a 30 de maio de 2008. Salvador-Bahia, Brasil.

BALIEIRO, Eucléia Oliveira; SOARES, Carla Patrícia Dias; VIEIRA, Eliara de Araújo. "Morador de rua: causas, entraves e serviços ofertados". *Temporalis*, ano 17, n. 34, jul./dez., Brasília (DF), 2017.

BSB INVISÍVEL. "Depoimento de Isabela". Brasília, 23 nov. 2021. Instagram: @bsbvisivel_. Disponível em: www.instagram.com/p/CWo7paIFtzg. Acesso em: 21 jan. 2022.

DAMATTA, Roberto. "A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil". Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEL VALLE, R. M. Mulheres (in)visíveis: a vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 48-68, 2021.

DIÁRIO DIGITAL. "'Não dê esmola', campanha realizada pela Prefeitura para evitar o aumento de pessoas no semáforo". Campo Grande, 20 set. 2021. Disponível em: noticias.r7.com/cidades/diariodigital/nao-de-esmola-campanha-realizada-pela-prefeitura-para-evitar-o-aumento-de-pessoas-no-semaforo-20092021. Acesso em: 20 fev. 2022. 149

FUENTES, Maribel Aliaga; PESCATORI, Carolina; COELHO, Luiza Dias. "As (arquitetas) mulheres que fizeram a capital: seus projetos, suas vidas". 13º Seminário Docomomo, Brasil. Salvador-BA, 7 a 10 de outubro de 2019.

GAZETA, Redação. "Vereador apresenta projeto para combater esmolos em Toledo". *Gazeta de Toledo*, Toledo, 18 fev. 2022. Disponível em: gazetadetoledo.com.br/vereador-apresenta-projeto-paracombater-esmolos-em-toledo. Acesso em: 20 fev. 2022.

G1. "Não dar esmolos é a melhor ajuda: conheça os programas de acolhimento da Prefeitura de Florianópolis". Florianópolis, 29 mai. 2019. Disponível em: g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/prefeitura-municipal-de-florianopolis/florianopolis-uma-cidadepara-todos/noticia/2019/05/29/nao-dar-esmolos-e-a-melhor-ajudaconheca-os-programas-de-acolhimento-da-prefeitura-deflorianopolis.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022.

G1/DF. "Moradores da 312 Sul marcam reunião para discutir retirada de pessoas em situação de rua da quadra, em Brasília". Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em: g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/17/moradores-da-312-sul-sugere-retirar-pessoas-em-situacao-de-rua-da-quadra-em-brasilia.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2022.

MAUTNER, Yvonne. "A periferia como fronteira da expansão do capital". In: *O processo de urbanização no Brasil*/Csaba Deák, Sulei Ramos Schiffer (organizadores) — 2. ed., 1. reimpr. — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. "Política e arquitetura — Por um urbanismo do comum e ecofeminista". Editora Olhares, São Paulo, 2021.

MS NOTÍCIAS. "Negada na maternidade, moradora de rua dá à luz na calçada". Campo Grande, 27 jan. 2022. Disponível em: www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/negada-na-maternidademoradora-de-rua-da-a-luz-na-calcada-video/133343. Acesso em: 20 fev. 2022. 150

PALHARES, Isabela; ZYLBERKAN, Mariana. "População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia". *Folha de S. Paulo*, 24 jan. 2022. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivemnas-ruas-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 20 jan. 2022.

PATOS DE MINAS. "Campanha "Não dê esmola, dê cidadania": mobilização foi realizada na sexta-feira". Patos de Minas, 29 out. 2020. Disponível em: patosdeminas.mg.gov.br/home/campanha-nao-de-esmola-decidadania-mobilizacao-foi-realizada-na-sexta-feira-5/29/10/2020. Acesso em: 20 fev. 2022.

REBELLO DA SILVA, L. K. "A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal" (1970-1985). Parte II: A política de ocupação das fronteiras Amazônicas. *Klepsidra / Revista Virtual de História*, edição n.º24, 2005.

RIBEIRO, Darcy. "O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil". 3. ed. — São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, Ana Karolline. "Desigualdade no centro da capital: 36% dos moradores de rua do DF vivem no Plano Piloto". *Metrópoles*, Brasília, 29 nov. 2020. Disponível em: www.metropoles.com/distritofederal/desigualdade-no-centro-da-capital-36-dos-moradores-de-rua-do-df-vivem-no-plano-piloto. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHWINGEL, Samara. "Pandemia agrava o drama das pessoas que vivem em situação de rua no DF". *Correio Braziliense*, Brasília, 21 ago. 2021. Disponível em: www.correio braziliense.com.br/cidadesda/2021/08/4945007-pandemia-agrava-o-drama-das-pessoas-quevivem-em-situacao-de-rua-no-df.html. Acesso em: 22 jan. 2022.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. "Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática". *Psicologia: Ciência e Profissão* Out/Dez. 2018 v. 38 n.º4, 662-67